



ESTADO DO AMAZONAS

# DIÁRIO OFICIAL

Manaus, quarta-feira, 23 de outubro de 2019

Número 34.112 • ANO CXXVI

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

**Espécie:** Termo de Cessão n.º 002/2019. **Processo n.º:** 01.01.030101.00000658.2019. **Data:** 27/09/2019. **Partes:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e a Associação dos Moradores Agroextrativista da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari-AMARU. **Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso os bens móveis descritos no Anexo I para servir de apoio nas demandas das comunidades ribeirinhas na proteção de tabuleiros e lagos de manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari. **Vigência:** A presente cessão de Uso vigorará durante o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, com eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Gabinete da SEMA, em Manaus, 21 de outubro de 2019.

Eduardo Costa Taveira

Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA

### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

**Espécie:** Termo de Contrato n.º 04/2019. **Processo n.º:** 01.01.013102.00006346.2019 **Data:** 01/10/2019. **Partes:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e a Empresa Limpamais Serviços de Limpeza EIRELI. **Objeto:** Por força deste Contrato a CONTRATADA obriga-se a prestar ao CONTRATANTE os serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para execução deste serviço, para atender as necessidades desta Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, conforme Projeto Básico as fls 99-128-SEMA. **Valor:** O valor global do presente contrato é de R\$ 309.624,00 (trezentos e nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais). **Vigência:** O prazo de duração dos serviços ora contratados é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, com eficácia a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado. **Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária:** 30101; **Programa Trabalho:** 18.122.0001.2001.0001; **Fonte recurso:** 01210000; **Natureza Despesa:** 33903702, tendo sido emitida pelo CONTRATANTE, em 01/10/2019, a Nota de Empenho n.º 2019NE00399, no valor de R\$ 77.406,00 (setenta e sete mil, quatrocentos e seis reais).

Gabinete da SEMA, em Manaus, 21 de outubro de 2019.

Eduardo Costa Taveira

Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA

### PORTARIA SEMA N.º 108 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015 e pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2019, com reestruturação organizacional estabelecida pelo Decreto n.º 36.219, de 09 de setembro de 2015.

**CONSIDERANDO** que a Compensação Ambiental em Benefício de Unidades de Conservação - CA/UC é obrigatória aos empreendimentos de significativo impacto ao meio ambiente, conforme avaliação do órgão ambiental licenciador competente, e com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório - EIA/RIMA, fica o empreendedor/compromissário obrigado a apoiar a criação, implantação e manutenção de Unidades de Conservação, públicas ou privadas, sejam elas federais, estaduais ou municipais;

**CONSIDERANDO** que a CA/UC tem como fundamento o art. 36 da Lei Federal n.º 9.985/2000, de 15 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, regulamentado pelos artigos 31 ao 34 do Decreto Federal n.º 4.340/2002, de 22/08/2002 (atividades prioritárias a serem eleitas para aplicação), sendo os artigos 31 e 32 alterados pelo Decreto Federal n.º 6.848/2009, de 14/05/2009 (metodologia federal de cálculo do recurso de CA/UC), assim como, na Resolução CONAMA n.º 371/2006, de 05/04/2006 (diretrizes para o gerenciamento) e a Lei Federal n.º 13.668/2018, de 28/05/2018 (destinação e aplicação dos recursos);

**CONSIDERANDO** que concomitante ao SNUC, no Estado do Amazonas, a CA/UC foi prevista nos art. 53 e 54 da Lei Complementar Estadual n.º 53/2007, de 05/06/2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC. Diferentemente do SNUC, no inciso II do art. 53 do SEUC está determinado que compete ao "órgão gestor de UC" definir as UC a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo ser contemplada, a criação de novas UC. Ao órgão ambiental licenciador cabe a fixação e cálculo da CA/UC;

**CONSIDERANDO** que a obrigação da criação, implementação e funcionamento de Câmaras de Compensação Ambiental no âmbito do Poder Executivo, possui amparo legal no artigo 1º do Decreto Federal n.º 6.848/2009, que alterou o art. 32 do Decreto Federal n.º 4.340/2002, e também no art. 8º da Resolução CONAMA n.º 371/2006;

**CONSIDERANDO** que a Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA foi criada fundamentada no Decreto Federal n.º 6.848/2009, sendo um órgão de caráter deliberativo instituído por meio da Portaria/GS n.º 014/2010 desta Secretaria, assinada em 28/01/2010, cujo extrato foi publicado no D.O.E. n.º 31.767, Seção Poder Executivo, pg. 5, em 05/02/2010, alterada pela Portaria/GS n.º 182/2010, assinada em 17/08/2010, cujo extrato foi publicado no D.O.E. n.º 31.898, Seção Poder Executivo, pg. 12, em 20/08/2010;

**CONSIDERANDO** que a CECA é vinculada a SEMA, e possui como finalidade: I – Estabelecer prioridades e diretrizes para a aplicação de compensação ambiental - CA no Estado do Amazonas; II - Orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades e prioridades referentes à CA; III - Promover a discussão técnica e deliberar sobre o tema relativo à CA; IV - Avaliar e auditar a metodologia de cálculo da CA; e, V - Orientar e implementar mecanismos de articulação com intervenientes e parceiros externos, visando avaliar e desenvolver, com efetividade, a CA no âmbito do SNUC e do SEUC;

**CONSIDERANDO** que a Câmara foi regulamentada por meio da Instrução Normativa - IN n.º 005, desta Secretaria, assinada em 28/06/2010, cujo extrato foi publicado no D.O.E. n.º 31.864, Seção Publicações Diversas, pg. 2-3, em 05/07/2010, que estabeleceu os procedimentos administrativos e técnicos para sua gestão, adotando os métodos para cálculo de CA estabelecidos no Decreto Federal n.º 6.848, de 14 de maio de 2009;

**CONSIDERANDO** que no cumprimento de suas finalidades, ressalvadas as competências dos demais órgãos que integram o SNUC e SEUC, o Colegiado da CECA, formado por 06 membros, sendo um titular e suplente, possui Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria/GS n.º 204, desta Secretaria, assinada em 10/09/2010, cujo extrato foi publicado no D.O.E. n.º 31.922, Seção Poder Executivo, pg. 7-8, em 27/09/2010, estabelecendo normas e diretrizes;

**CONSIDERANDO** que os prazos para cobrança e quitação da Compensação Ambiental e a celebração do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA e do Plano de Trabalho, seguem o disposto na legislação em vigor e na Resolução CONAMA n.º 371, de 5 de abril de 2006, que estabeleceu diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle dos gastos de recursos advindos da compensação ambiental;

**CONSIDERANDO** que o termo de compromisso de compensação é título executivo extrajudicial, a teor do que dispõe expressamente o art. 5º, §6º da Lei Federal n.º 7.347/85, combinado com o artigo 585, inciso VIII do Código de Processo Civil;

**CONSIDERANDO** que a determinação das atividades para aplicação dos recursos de Compensação Ambiental deverá atender as prioridades destacadas no art. 33 e parágrafo único do Decreto Federal n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002;

**CONSIDERANDO** que de acordo com o § 1 do art. 11 da Resolução CONAMA n.º 371/2006, somente receberão recursos da compensação ambiental as unidades de conservação inscritas e certificadas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, ressalvada a destinação de recursos para criação de novas unidades de conservação;

**CONSIDERANDO** que a valoração, fixação e cálculo da Compensação Ambiental a nível federal são realizadas a partir da análise do EIA/RIMA e da determinação do grau de impacto ambiental entre 0% a 0,5% dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, conforme a metodologia estabelecida no Decreto Federal n.º 6.848, de 14 de maio de 2009;

**CONSIDERANDO** que em virtude do IPAAM não possuir metodologia

específica fundamentada nas especificidades ambientais e biofísicas do Estado do Amazonas, o referido órgão ambiental licenciador fixou o grau de impacto ambiental máximo de 0,5% para cálculo da Compensação Ambiental nas condicionantes das licenças ambientais, com base no art. 15 da Resolução CONAMA nº. 371, de 05/04/2006, que determina que "o valor da compensação ambiental fica fixado em meio por cento dos custos previstos para a implantação do empreendimento até que o órgão ambiental estabeleça e publique metodologia para definição do grau de impacto ambiental";

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir os espaços deliberativos necessários para os debates, discussões e subsídios técnicos, na formação de consensos de interesse institucional para a garantia da conservação e preservação do meio ambiente, objetivando adotar as decisões necessárias à aplicação e uso dos recursos financeiros oriundos do processo de licenciamento ambiental sob forma de compensação do SNUC/SEUC;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 13.668/2018, de 28 de maio de 2018, altera as Leis Federais nº. 11.516, de 28 de agosto de 2007, 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e nº. 9.985/2000, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

**RESOLVE:**

Art. 1º - **DETERMINAR** as seguintes atividades prioritárias a serem realizadas pela CECA:

I - Monitorar os empreendimentos aptos à cobrança da Compensação Ambiental em Benefício de Unidade de Conservação - CA/UC junto ao órgão ambiental licenciador;

II - Instruir o Processo de Compensação Ambiental de cada empreendimento apto a cobrança de CA/UC, que será realizado mediante análise do Processo de Licenciamento Ambiental do Empreendimento indicado pelo Órgão Ambiental Licenciador;

III - Acompanhar a fixação e cálculo do recurso de CA/UC efetuados pelo órgão ambiental licenciador;

IV - Deliberar sobre a destinação e aplicação dos recursos de CA/UC a partir da análise do plano de execução de CA/UC emitido pelo órgão gestor de UC;

V - Expedir e coordenar a celebração dos termos de compromisso e de quitação de CA/UC, sob supervisão da Assessoria Jurídica da SEMA, após comprovação do pagamento da CA/UC pelos empreendedores;

VI - Solicitar aos órgãos gestores de UC a obrigatoria transparência e prestação de contas contábil e dos resultados finalísticos dos recursos de CA/UC arrecadados e executados.

Art. 2º - **DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para comporem o quadro de membros do colegiado da CECA, indicados formalmente pelas instituições de origem, conforme os arts. 5º, 6º e 7º da Portaria/GS nº. 204/2010, desta Secretaria:

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA:**

**a) Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental - SEAGA/SEMA:**

Titular: Christina Fischer - Matrícula nº 155.631-2C

Suplente: Kleber Augusto Bechara de Oliveira - Matrícula nº 248.110-3A

**b) Assessoria Jurídica - ASSJUR/SEMA:**

Titular: Fabrícia Arruda Moreira Amazonas - Matrícula nº 232.608-6A

Suplente: Lucas Augusto dos Santos Braga - Matrícula nº 235.368-7D

**c) Representante do Setor de Criação e Gestão de Unidades de Conservação:**

Titular: Gilmar José de Oliveira Souza - Matrícula nº 198.329-6D

Suplente: Ana Cláudia da Costa Leitão - Matrícula nº 198.967-7C

**REPRESENTANTES DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM:**

**a) Representante da Diretoria Jurídica:**

Titular: Karen Rosendo de Almeida Leite Rodrigues - Matrícula nº 248.406-4B

Suplente: Camila Cordeiro Batista - Matrícula nº 003388

**b) Representante do Setor de Licenciamento Ambiental de Grandes Obras:**

Titular: João Paulo Vieira de Oliveira - Matrícula nº 160.257-8A

Suplente: Francisca Rosivana Campos Pereira - Matrícula nº 118.087-8E

**c) Representante da Diretoria Técnica:**

Titular: Maria do Carmo Neve dos Santos - Matrícula nº 012.618-7E

Suplente: Wanderléia Holanda S. Nascimento - Matrícula nº 103.144-9B

Art. 3º - A Presidência da CECA tem como titular o(a) titular da Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental - SEAGA desta SEMA, que poderá ser substituído, em seus impedimentos legais, temporários ou eventuais, por seu suplente.

Art. 4º - A Secretaria Executiva é coordenada pelo setor de Compensação Ambiental da SEAGA.

Art. 5º - A participação na CECA não enseja qualquer tipo de remuneração ou gratificação complementar.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria GS nº. 047, desta Secretaria, de 25 de maio de 2012, e as demais disposições em contrário.

**CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete da SEMA, em Manaus, 21 de outubro de 2019.

**Eduardo Costa Taveira**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente - SEMA

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**

ÓRGÃO: SEMA	DECLARAÇÃO DE BENS 2019 NOMEADO ( X )
SERVIDOR (A): OSMAR PEREIRA FRONY FILHO CARGO/SIMBOLOGIA: Assessor II - AD2	
1. Apartamento na rua canaúbas, Quadra 301 Lote 10 Residencial Morante Park Aptº401 Águas Claras Brasília -DF 2. Veículo Onix - marca Chevrolet ano 2014/2015, placa PAZ 9313.	
Declaro que não possuo nenhum outro bem além do(s) mencionado(s) neste formulário e responsabilizo -me pela veracidade da declaração aqui prestada.	
Assinatura do(a) Servidor(a)	Gerente de Gestão de Pessoal

**POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS**

**ESPÉCIE: Portaria nº 971/2019/DPA-1, de 22 OUT2019.** O Comandante-Geral da Polícia Militar do Amazonas, no uso de suas atribuições legais. Considerando o Decreto de 08 Maio 2015, publicado no D.O.E. nº 33.036, de mesma data, que incluiu no serviço ativo da Polícia Militar do Amazonas, por força de decisão judicial, na condição de *Sub Judge*, a contar de 12Dez2014, o candidato **CLENIO VIEIRA GONÇALVES**, referente ao certame regido pelo Edital nº 01/2011-PMAM. Considerando os autos da Ação Ordinária nº 0629690-83.2013.8.04.0001, que trata em seu bojo decisão de trânsito em julgado favorável ao interessado. **RESOLVE: 1. DECLARAR** na condição de **REGULAR** o **1º TEN QOPM CLENIO VIEIRA GONÇALVES(23860)**, Matrícula nº 231.985-3A. **Em consequência:** Determino à Diretoria de Pessoal da Ativa (Pagadoria), que adote as providências administrativas pertinentes. **CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE** no Diário Oficial do Estado. Gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar do Amazonas, em Manaus/AM, 22 de outubro de 2019.

**CEL QOPM AYRTON FERREIRA DO NORTE**  
Comandante-Geral da PMAM

**CIGAS COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS**

**CNPJ: 00.624.964/0001-00**

**DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 004/2014**

**Objeto:** Prorrogação de prazo excepcional ao Termo de Contrato n. 004/2014, o qual tem por objeto a prestação de serviços de agente de portaria.

**Contratada:** POLONORTE SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.

**Prazo de vigência:** 02 (dois) meses.

**Valor Global:** R\$ 30.758,94 (trinta mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos)

Manaus, 10 de outubro de 2019.

**René Levy Aguiar**  
Diretor Presidente

**José Ricardo dos Santos Neto**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**PORTARIA N.º 059/2019-GS/SERINS**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e legais, e **CONSIDERANDO** o que determina o Art. 67 da Lei n.º 8.666/93, no que é pertinente ao acompanhamento da execução dos contratos administrativos celebrados pelo Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Relações Institucionais - SERINS, com sede em Brasília,

**RESOLVE:**

**I - SUBSTITUIR** a servidora **Maria das Dores de Almeida** matrícula nº 009.108-1 I, designada como Suplente, pela Portaria nº 002/2018-GS/SERINS que instituiu a Comissão de Fiscalização de Contratos da SERINS, e **DESIGNAR** o servidor **Luis Claudio Quaresma de Menezes**, matrícula nº 239.369-7 B.

**II - DETERMINAR** que o referido servidor adote todos os procedimentos necessários à fiscalização dos contratos no Órgão.

**CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.** GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, em Brasília, 15 de outubro de 2019.

**ADRIANO MENDONÇA PONTE**  
Secretário de Estado de Relações Institucionais

**PORTARIA N.º 60/2019-GS/SERINS**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO AMAZONAS**, no uso de





ESTADO DO AMAZONAS

# DIÁRIO OFICIAL

Manaus, segunda-feira, 02 de dezembro de 2019

Número 34.135 • ANO CXXVI

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### DETRAN/AM

Resenha da Portaria nº 1916/2019 de 13.11.2019.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, **RESOLVE: I- DESIGNAR:** as servidoras para deslocarem-se aos municípios de **EIRUNEPE-AM** e **ENVIRA-AM**, no período **02/12/2019 à 05/12/2019** com a finalidade de compor a Comissão Volante que irá aplicar o Exame Teórico-Técnico de Legislação de Trânsito e Teste prático de Direção Veicular. **1) LUCIMAYRE ALVES CARVALHO 2) MARIA AUXILIADORA SOUZA CORREIA**

**RODRIGO DE SÁ BARBOSA** - Diretor-Presidente

### DETRAN/AM

#### PORTARIA Nº2022/2019-DETRAN/AM

A DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO DETRAN/AM, no uso de atribuições legais e, **CONSIDERANDO** que o artigo 24, XVI da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, preceitua ser dispensável a licitação para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados por esse fim específico; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994); **CONSIDERANDO** que o **PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S/A - PRODAM** nos termos do Decreto nº 16.604/95, é a entidade executora da Política de Informática do Amazonas e da Lei nº 941, de 10 de julho de 1970, onde preceitua ser esta a única empresa autorizada na prestação do serviço; **CONSIDERANDO**, a justificativa da escolha da contratante às fls. 19 – CGL, apresentada pelo Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM; **CONSIDERANDO** que o preço constante da proposta apresentada pela empresa às fls. 04 - CGL está compatível com os preços praticados no mercado, conforme os documentos presentes às fls. 105 a 129 – DETRAN/AM; **CONSIDERANDO**, finalmente o que consta no Processo nº 11799/2019 – DETRAN/AM (13787/2019- CGL); **RESOLVE: I – DECLARAR** dispensável o procedimento licitatório, nos termos do art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, a contratação da **PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S/A - PRODAM**; **II – ADJUDICAR** o objeto da dispensa em questão, pelo valor global de R\$ 40.101,12 (quarenta mil, cento e um reais e doze centavos). **CIENTIFIQUE-SE, CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE. GABINETE DA DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO DETRAN/AM**, em Manaus, 28 de novembro de 2019.

**EDSLÂNGELA RODRIGUES DOS SANTOS**  
Diretora Administrativo-Financeira do DETRAN/AM

**RATIFICO** a decisão supra, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883 de 08 de junho de 1994, de acordo com as disposições acima citadas. **GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DO DETRAN/AM**, em Manaus, 28 de novembro de 2019.

**RODRIGO DE SÁ BARBOSA**  
Diretor-Presidente

**MÉDICOS CLÍNICOS E ASSOCIADOS EM MANAUS S/S - MÉDICOS CLÍNICOS E ASSOCIADOS EM MANAUS S/S – EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA- 1ª, 2ª e 3ª Convocações – A MÉDICOS CLÍNICOS E ASSOCIADOS EM MANAUS S/S**, inscrita no CNPJ nº 18.341.410/0001-61 e no RTD sob o nº 34.356, convoca todos os seus associados para uma **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia 12/12/2019, no anfiteatro do Hospital Santa Júlia, localizado na Av. Ayrão, 507, CEP 69025-050, Centro – Manaus, às 18:00, 18:30 e 19:00 horas, em 1º, 2º e 3º convocações respectivamente, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: 1. Ingresso de sócios; 2. Retirada de sócios; 3. Alteração/Inclusão de Cláusulas no contrato Social; 4. E o que mais houver. Manaus, 29 de Novembro de 2019. Dr. FABIO DE OLIVEIRA RODRIGUES-SÓCIO ADMINISTRADOR

### POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS – PMAM

**TERMO DE CONTRATO** nº 011/2019-PMAM. **DATA ASSINATURA:** 11/10/2019. **PARTÍCIPES:** PMAM e CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A CNPJ: 01.554.285/0001-75. **OBJETO:** serviços de emissão de Certificação Digital tipo A3. **VIGÊNCIA:** 11/10/2019 a 11/10/2022. **VALOR UNITÁRIO DO TOKEN:** R\$ 334,80 (trezentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos). **VALOR GLOBAL:** R\$ 2.678,40 (dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos); **PROGR. DE TRABALHO:** 06.126.3264.2532.00011; **NATUREZA DE DESPESA:** 33904097; **FONTE:** 160.

Manaus/AM, 07 de novembro de 2019.

**CEL QOPM RONALDO NEGREIROS DA SILVA – Ord. de Despesas PMAM**

### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

**Espécie:** Termo de Contrato n.º 007/2019. **Processo n.º:** 01.01.013102.00007539.2019- CGL (01.01.030101.00000051.2019-SEMA) **Data:** 04/11/2019. **Partes:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e a empresa SUPRIHOUSE INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. **Objeto:** O contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos diversos (sistema de armazenamentos de dados, aeronave remotamente pilotada e notebook), para atender as necessidades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, consoante especifica Edital de Pregão Eletrônico N.º 447/2019 – CGL (fls. 68-79) e a Proposta de fls. 184/185-SEMA, que passam a integrar o presente Termo. **Valor:** O valor total do Contrato é de R\$ 59.064,00 (cinquenta e nove mil e sessenta e quatro reais). **Vigência:** O contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura. **Dotação Orçamentária:** A despesa correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias: I- Unidade Orçamentária: 30101; II- Programa de Trabalho: 18.541.3248.2146.0001; III- Natureza da Despesa: 44905235; IV- Fonte de Recursos: 04850000. **Parágrafo Primeiro:** O empenho inicial é de 29.864,00 (vinte e nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais), conforme Nota de Empenho n.º 2019NE00395, emitida em 30/09/2019, sob o evento n.º 40091 – Empenho Despesa, na modalidade 1 – Ordinário. I- Unidade Orçamentária: 30101; II- Programa de Trabalho: 18.541.3248.2146.0001; III- Natureza da Despesa: 44905202; IV- Fonte de Recursos: 04850000. **Parágrafo Segundo:** O empenho final é de 29.200,00 (vinte e nove mil e duzentos reais), conforme Nota de Empenho n.º 2019NE00396, emitida em 30/09/2019, sob o evento n.º 40091 – Empenho Despesa, na modalidade 1 – Ordinário.

**Gabinete da SEMA, em Manaus, 27 de novembro de 2019.**

**Christina Fischer**  
Secretária de Estado do Meio Ambiente, em exercício

### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA PORTARIA SEMA N.º 123 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 4.163, de 09 de março de 2015, com reestruturação organizacional estabelecida pelo Decreto n.º 36.219, de 09 de setembro de 2015.

**CONSIDERANDO** a publicação da Portaria n.º 108, de 21 de outubro de 2019 – SEMA, a qual versa sobre a Nomeação de novos membros para a Câmara Estadual de Compensação Ambiental – CECA, no Diário Oficial do Estado do dia 23 de outubro de 2019, Ed. 34.112, às fls. 01-02, publicações diversas.

#### RESOLVE:

Art. 1º - **ALTERAR** a redação do Art. 2º da Portaria n.º 108, de 21 de outubro de 2019 – SEMA, passando este a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - **DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para comporem o quadro de membros do colegiado da CECA, indicados formalmente pelas instituições de origem, conforme os arts. 5º, 6º e 7º da Portaria/GS n.º 204/2010, desta Secretaria:

[...]

**REPRESENTANTES DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM:****a) Representante da Diretoria Jurídica:**

Titular: Samya de Oliveira Sanches - Matrícula nº 243.257-9B  
Suplente: Karen Rosendo de Almeida Leite Rodrigues - Matrícula nº 248.406-4B

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se as demais disposições da Portaria n.º 108, de 21 de outubro de 2019 – SEMA.

**CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.**  
Gabinete da SEMA em Manaus, 27 de novembro de 2019.

  
Christina Fischer

Secretária de Estado do Meio Ambiente, em exercício

**SECRETARIA DE ESTADO DA PRODUÇÃO RURAL - SEPROR****RESENHA Nº28/19 – GSE/SEPROR**

O Secretário Executivo da SEPROR autorizou o deslocamento do servidor abaixo discriminado.

**01. Ivo da Rocha Calado – Pedro José de Farias Souza Neto. Cargo:** Técnico – Assessor III. **Período:** 15 a 17/11/2019. **Destino:** Coari. **Objetivo:** Participar da Assembleia Geral Ordinária da Colônia de Pescadores a Colpesca Z-56 e ministrar palestra com o tema “Pesca no Amazonas”.

**02. José Oster Machado Neto. Cargo:** Colaborador. **Período:** 15/11/2019. **Destino:** Itacoatiara. **Objetivo:** Participação na EXPOITA e Ministrar Palestra sobre o tema “Boas Práticas em Piscicultura”.

**03. Luiz Carlos do Herval Filho. Cargo:** Assessor I. **Período:** 13 a 15/11/2019. **Destino:** Itacoatiara. **Objetivo:** Ministrar curso Prático de Cultivo de Cultura de Citrus e Banana e fiscalizar o Convênio da Prefeitura.

**04. Maria Elizabeth Alves de Castro. Cargo:** Chefe de Departamento. **Período:** 13 a 17/11/2019. **Destino:** Itacoatiara. **Objetivo:** Realizar e organizar os cursos e palestras que serão realizados na Exposição Agropecuária de Itacoatiara – EXPOITA.

  
LÚCIO MEIRELLES DA SILVA BEZERRA DE MENEZES

Secretário Executivo



SEPROR

  
PETRÚCIO PEREIRA DE MAGALHÃES JÚNIOR

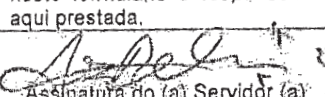

Secretário de Estado

SEPROR

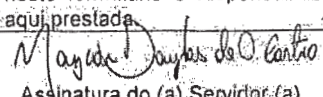
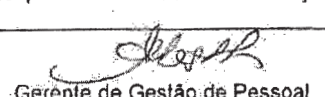
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**

ÓRGÃO: SEMA	DECLARAÇÃO DE BENS 2019 NOMEADO ( X )
SERVIDOR (A): OSMAR PEREIRA FRONY FILHO CARGO/SIMBOLOGIA: Assessor II – AD-2	
1. Apartamento na das Canúbas, Quadra 301 Lote 10, Residencial Morante Park Aptº 401 – Águas Claras, Brasília – DF.	
2. Veículo Onix –marca Chevrolet ano 2014/2015, placa PAZ 9313.	
Declaro que não possuo nenhum outro bem além do(s) mencionado(s) neste formulário e responsabilizo-me pela veracidade da declaração aqui prestada.	
 Assinatura do (a) Servidor (a)	 Gerente de Gestão de Pessoal

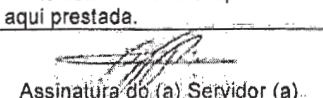

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**

ÓRGÃO: SEMA	DECLARAÇÃO DE BENS 2019 NOMEADO ( X )
SERVIDOR (A): ARMANDO VARELA BELÉM CARGO/SIMBOLOGIA: ASSESSOR II – AD 2.	
1. 1- SÍTIO NA ESTRADA AM 010 KM 201 47HA	
2. 1- CARRO RENAULT CLIO 2011	
Declaro que não possuo nenhum outro bem além do(s) mencionado(s) neste formulário e responsabilizo-me pela veracidade da declaração aqui prestada.	
 Assinatura do (a) Servidor (a)	 Gerente de Gestão de Pessoal

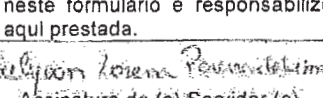
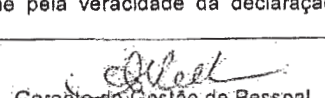
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**

ÓRGÃO: SEMA	DECLARAÇÃO DE BENS 2019 NOMEADO ( X )
SERVIDOR (A): MAYCON DOUGLAS DE OLIVEIRA CASTRO CARGO/SIMBOLOGIA: ASSESSOR II – AD 2.	
1 - VEICULO NEW FIESTA DE PLACA NOT 6452	
Declaro que não possuo nenhum outro bem além do(s) mencionado(s) neste formulário e responsabilizo-me pela veracidade da declaração aqui prestada.	
 Assinatura do (a) Servidor (a)	 Gerente de Gestão de Pessoal

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**

ÓRGÃO: SEMA	DECLARAÇÃO DE BENS 2019 NOMEADO ( X )
SERVIDOR (A): PEDRO DE JESUS PRESTES CARGO/SIMBOLOGIA: ASSESSOR III – AD 3.	
NADA A DECLARAR.	
Declaro que não possuo nenhum outro bem além do(s) mencionado(s) neste formulário e responsabilizo-me pela veracidade da declaração aqui prestada.	
 Assinatura do (a) Servidor (a)	 Gerente de Gestão de Pessoal

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**

ÓRGÃO: SEMA	DECLARAÇÃO DE BENS 2019 NOMEADO ( X )
SERVIDOR (A): SULYVAN LORENA PEREIRA DE LIMA CARGO/SIMBOLOGIA: ASSESSOR II – AD 2.	
NADA A DECLARAR	
Declaro que não possuo nenhum outro bem além do(s) mencionado(s) neste formulário e responsabilizo-me pela veracidade da declaração aqui prestada.	
 Assinatura do (a) Servidor (a)	 Gerente de Gestão de Pessoal

**UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS – UGPE EXTRATO**

**ESPÉCIE:** Décimo Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 021/2017-UGPE. **DATA:** 28/11/2019. **PARTES:** UGPE e a empresa CONSTRUTORA MATRIX-CONSTRUCAO, CONSERVACAO E COMERCIO LTDA. **OBJETO:** Supressão de itens da planilha orçamentária do Contrato. **VALOR:** R\$ - 83.265,25. **FUNDAMENTO:** Processo Administrativo n. 01.01.039102.00002244.2019-UGPE, Parecer Jurídico n. 336/2019-SUBJUR/UGPE. **CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO – DOE.** Manaus, 28 de novembro de 2019.

  
MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO

Coordenador executivo

UGPE

**UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS – UGPE EXTRATO**

**ESPÉCIE:** Termo de Contrato n. 031/2019-UGPE. **PARTES:** UGPE e a empresa C. E A. OBRAS DE ALVENARIA LTDA. **DATA:** 21/11/2019. **OBJETO:** Execução de obras para otimização do espaço físico da Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE. **VIGÊNCIA:** 150 dias. **VALOR:** R\$ 1.577.400,64. **DESPESAS:** Unidade Orçamentária: 039102, PT: 15.512.3166.1083.0011, Fonte: 02757126, ND: 44905117, conforme Nota de Empenho n. 2019NE00442 emitida em 14/11/2019, no valor de R\$ 242.277,44. **FUNDAMENTO:** Processo Administrativo n. 01.01.039102.00000443.2019-UGPE, Parecer Jurídico n. 303/2019-SUBJUR/UGPE. **CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO – DOE.** Manaus, 21 de novembro de 2019.

  
MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO

Coordenador Executivo

UGPE